

Valor e mais-valia: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx

RESUMO

A crítica econômica feita por Marx desatualizou-se em razão das profundas transformações pelas quais passou o capitalismo desde *O Capital*. Hoje, a produtividade e o tempo de trabalho cederam espaço para a inovação e a tecnologia embutida no produto como fatores determinantes do valor. Isso, aliado à centralidade do sistema financeiro na economia atual, torna a teoria marxista ineficaz para compreender a complexidade dos fenômenos econômicos de nosso tempo.

Palavras-chave: Marx; economia; valor; mais-valia; tecnologia.

ABSTRACT

Marx's economic critique has become outdated because of the deep changes that have occurred in capitalism since *The Capital*. Nowadays, productivity and labor time have lost space for innovation and technology incorporated to the product as determinant factors of value. This fact, added to the central role of the financial system in current economy, makes Marxist theory inefficient to understand the complexity of the economic phenomena of our times.

Key words: Marx; economy; value; surplus value; technology.

* Mestrando em Filosofia, UFG.

No presente texto, reflito criticamente sobre o pensamento econômico de Marx – sobretudo os conceitos de valor e mais-valia –, buscando compreender as razões de sua duradoura influência e perquirindo a sua atualidade.

Discorrendo acerca de Marx, o pensador francês Raymond Aron ressaltou uma curiosa peculiaridade da doutrina marxista, consistente em

[...] poder ser fielmente explicada em cinco minutos, em cinco horas, em cinco anos ou em meio século. Ela se presta, de fato, à simplificação do resumo em meia hora, e isso permite eventualmente àquele que nada conhece da história do marxismo ouvir com ironia quem dedicou a vida a estudá-lo, porque já sabe de antemão o que é preciso saber. (ARON, 2005, p. 13).

Conquanto o marxismo se preste a simplificações apressadas, como apontado acima, a leviandade intelectual certamente não pode ser imputada ao próprio Marx, que tentou empreender rigorosa análise da sociedade de sua época. Seu método – que se pretendia científico – buscava ser uma

“maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual”, sem se arrogar a qualidade de “processo da gênese do próprio concreto.” (MARX, 2003, p. 248).

A subjetividade não produz objetos, mas representações de objetos, aos quais, portanto, deve fidelidade.

Sempre atento a isso, Marx propõe partir do objeto representado e, por meio de um processo de análise, chegar a conceitos cada vez mais simples, para em seguida caminhar em sentido contrário, num processo de síntese, transformando a totalidade caótica outrora existente numa “rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (MARX, 2003, p. 247).

Revela-se aí a sua preocupação com a fidelidade ao objeto estudado, ressaltando-se a importância de evitar que um dado da observação imediata, concreto em sua materialidade, seja representado no espírito como um conceito vazio.

O fato de tal advertência ter partido do próprio Marx, todavia, não foi suficiente para evitar que seus seguidores amiúde incorressem

no erro metodológico de, aplicando irrefletidamente os conceitos marxistas, esvaziá-los das múltiplas determinações que deveriam abrigar. Ao lado do pensamento de Marx – e por vezes infiel a ele – pode-se falar em vários marxismos, os quais, do flagrantemente panfletário ao reconhecidamente consistente, orbitavam em torno de alguns de seus conceitos mais inspiradores.

O Marxismo difundiu-se não apenas como doutrina filosófica, mas também como projeto político. Não é de estranhar, portanto, a popularidade do conceito de mais-valia, idéia fundamental para a justificação de suas pretensões revolucionárias.

Para Marx, a mais-valia é a forma de exploração característica do capitalismo. Consiste na diferença entre o valor do produto e o valor do capital despendido no processo de produção.

Há duas espécies de capital envolvidas na produção: o capital constante e o variável. O primeiro, consiste no valor dos meios de produção consumidos e é transferido integralmente para o produto; o segundo, utilizado na compra da força de trabalho necessária à produção, apresenta um aumento quantitativo – uma variação – do início para o fim do processo produtivo. É esse valor acrescido que é apropriado pelo capitalista.

A chave do conceito de mais-valia está na dinâmica do capital variável. Para Marx, é apenas o trabalho que produz valor. No capitalismo, os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção. A única forma de que dispõem para trabalhar, ou seja, para criar valor, é empregar-se a serviço de um capitalista. Impossibilitados de vender o produto de seu trabalho, são obrigados a vender a sua capacidade de trabalhar e criar valor – em outras palavras, a sua força de trabalho.

A força de trabalho, como as matérias primas, também é consumida no processo de produção, sendo mais uma mercadoria colocada à venda no mercado. Possui, todavia, uma peculiaridade que a diferencia das demais mercadorias, pois a força de trabalho é consumida, logicamente, por meio do próprio trabalho. E este, como já se disse, possui a propriedade de adicionar valor.

A atividade de cérebro e músculos que ocorre no processo produtivo ocasiona um

desgaste biológico no trabalhador. Portanto, para que o trabalho possa perdurar no tempo, é necessário que aquele receba um valor suficiente para repor suas forças. O valor da força de trabalho é justamente o valor necessário para a reprodução desta.

O processo produtivo gera um excedente que é apropriado pelo capitalista, pois a este pertence o produto resultante – a mercadoria que será colocada à venda. O que interessa ao capitalista é a diferença entre o valor adicionado ao produto pelo trabalho e o valor da força de trabalho consumida na produção. Marx diria que o trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é superior ao trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho. Para ele, trabalho socialmente necessário é o trabalho considerado em suas condições normais, de acordo com graus medianos de habilidade e intensidade.

O trabalho socialmente necessário é medido em unidades de tempo. Assim, se um trabalhador possui, por exemplo, uma jornada de oito horas diárias, todas essas oito horas são incorporadas na forma de valor ao produto final, o qual, por meio da venda, será transformado em dinheiro nas mãos do capitalista. Mas o trabalhador receberá um salário correspondente a apenas – digamos – três das suas oito horas diárias, pois o valor necessário para a aquisição de bens suficientes à reprodução de sua força de trabalho – a sua capacidade de trabalhar – é produzido em apenas três horas. O valor produzido nas cinco horas excedentes – a mais-valia – pertence ao capitalista.

Em resumo, o trabalhador vende ao capitalista a sua força de trabalho, recebendo em troca um salário capaz de garantir a reprodução desta. Em sua atividade, porém, gera um excedente, ou seja, um valor superior àquele necessário a essa reprodução, o qual é apropriado pelo capitalista. Esse excedente denomina-se mais-valia.

A boa compreensão desse processo de apropriação do excedente é fundamental até para compreender o projeto revolucionário de Marx. Este não apresenta uma crítica moral aos capitalistas, individualmente considerados. O valor pago aos trabalhadores é exatamente o valor da força de trabalho despendida – a mercadoria colocada à venda. O que se condena é o próprio sistema, que separa dos meios de

produção os trabalhadores, forçando-os a vender sua força de trabalho aos capitalistas. A mera regulação das relações de trabalho, portanto, não seria suficiente, sendo indispensável pôr fim ao sistema.

Ainda com Raymond Aron, pode-se dizer que a força sugestiva do conceito de mais-valia está em embasar teoricamente a possibilidade de “que os trabalhadores recuperem quantidades enormes de valor, monopolizadas pelos detentores dos meios de produção.” (ARON, 2005, p. 14).

Um trecho de *O Capital* explica com clareza os dois tipos de mais-valia presentes na economia capitalista – a relativa e a absoluta:

A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. [...] [A mais-valia relativa] pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente. Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário. A produção da mais-valia absoluta gira exclusivamente em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona totalmente os processos técnicos de trabalho e as combinações sociais. (MARX, 2006b, p. 578 – meu grifo).

Na mais-valia absoluta, aumenta-se o valor produzido pelo trabalhador, sem que se altere o tempo de trabalho socialmente necessário. Na mais-valia relativa, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor é alterado, o que se dá sobretudo pela introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo.

Essa dinâmica é fundamental para que se compreenda porque Marx identifica no capitalismo uma tendência decrescente da taxa de lucro. Diante da resistência social ao aumento das jornadas de trabalho, o capitalista depende do aumento da mais-valia relativa, o que se dá por meio de pesados investimentos em maquinários mais modernos, substituindo-se o trabalho humano pelo automatizado.

A tecnologia aplicada à produção aumenta a produtividade, mas também a proporção do denominado capital constante em relação ao capital variável. Entra-se aí no tema da composição do capital. Os insumos utilizados pelo capitalista são os meios de produção e a força de trabalho. Ao substituir os trabalhadores e aumentar a produtividade, as máquinas reduzem a proporção de força de trabalho para cada unidade produzida. Se um trabalhador, manejando um maquinário mais moderno durante uma mesma jornada de trabalho, é capaz de produzir maior quantidade de determinada mercadoria, conseqüentemente o valor que recebe terá um peso menor no custo de cada unidade dessa mercadoria.

Ocorre, todavia, que enquanto os meios de produção apenas transferem para a mercadoria o seu valor, a força de trabalho produz um valor superior ao seu custo. Só o trabalho, como já disse, produz valor. Os capitalistas, portanto, terão ao longo do tempo uma proporção menor de trabalho humano do qual extrair a mais-valia.

Um comentário de Raymond Aron, feito no começo de sua análise dos livros II e III de *O Capital*, serve-nos de base para uma reflexão crítica sobre o conceito de valor em Marx:

Por que Marx não terminou *O Capital*? Por que nunca conseguiu chegar até o fim? Não acho que houvesse dificuldades insuperáveis para que Marx chegasse até o fim do segundo e terceiro livros. Mas para ele era difícil, porque devia passar do mundo do valor em que estivemos até o presente, para o mundo diferente dos preços. Era preciso, para terminar o trabalho começado, sair de uma análise relativamente simples, a partir do momento em que se aceitavam as duas ou três hipóteses de base, para passar à análise capitalistas. Isso quer dizer que era preciso, após a teoria do valor, fazer a teoria dos preços; após a análise da realidade, fazer a análise das aparências. (ARON, 2005, p. 335 e 336).

Num capítulo de *O Capital* em que pretende desvelar o segredo da mercadoria, Marx imputa a esta “sutilezas metafísicas e argúcias teológicas” por detrás da aparente trivialidade (MARX, 2006a, p. 92). A forma *mercadoria* disfarça, sob a manifesta igualdade dos pro-

ditos como valor, a igualdade dos trabalhos humanos.

Marx chega a afirmar que como critério determinante do valor de uma mercadoria “impõe-se o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, que é a sua *lei natural* reguladora” (MARX, 2006a, p. 97 - meu grifo), comparável, em suas próprias palavras, à lei da gravidade.

Parece claro que Marx pretende dar ao valor uma substância, vinculá-lo a uma realidade substancial, diferente das aparências. O valor em Marx não é um conceito econômico, mas filosófico – talvez até metafísico.

Marx debruçou-se sobre o capitalismo industrial de sua época, isolou um aspecto fundamental da mercadoria (qual seja, o igualamento de todos os valores de uso sob a forma de quantidade de dinheiro pelo mercado) e dos produtos humanos em geral (o fato de serem resultado do trabalho humano), mas em vez de apenas identificar uma tendência de proporcionalidade dos preços em relação à quantidade de trabalho, como fizera David Ricardo (ARON, 2005, p. 296), erigiu uma “*lei natural*” a partir da qual pretendeu explicar todos os fenômenos econômicos do capitalismo até a final derrocada deste. Não há dúvidas de que Marx desenvolveu análises rigorosas e percucientes, iluminando aspectos até então obscuros. Mas a necessidade de vincular todas as suas conclusões às peculiaridades de seus conceitos básicos de valor e mais-valia limitou-o em sua análise, bem como limitou a análise empreendida pelos que o seguiram.

O conceito marxista de valor constitui o que Hannah Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, denominou um *supersentido*: o núcleo de um sistema lógico no qual “tudo se segue compreensiva e até mesmo compulsoriamente, uma vez que se aceita a primeira premissa.” (ARENDR, 2006, p. 509). Em seu tempo, certamente *O Capital* representou um avanço em termos de análise econômica, mas à medida que as forças produtivas se iam transformando, suas premissas tornaram-se amarras à fidelidade aos fatos e à liberdade de reflexão. O marxista dispõe sempre de um rol de respostas prontas: as flutuações observáveis de preços não são decisivas, pois preço e valor não coincidem; os fenômenos específicos de produção e consumo não são relevantes, pois a análise marxista é da

economia como um todo; a explosão da economia de serviços não é determinante, pois se refere apenas à distribuição da mais-valia, não à sua criação. Aceitas as premissas básicas, a reflexão afasta-se dos fatos e segue seu caminho lógico pelos articulados do sistema.

Acredito que essa característica do conceito de valor em Marx contribuiu significativamente para os equívocos deste e de seus seguidores quanto aos rumos da economia capitalista.

A capacidade de auto-superação do capitalismo tornou-se óbvia nos últimos quarenta anos, estando sem dúvida ligada à velocidade com que esse sistema cria e assimila inovações.

Para Marx, a história pode ser explicada como uma sucessão de modos de produção, resultantes das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção (BOTTOMORE, p. 1988, p. 157). A estrutura social decorre dessa dinâmica, como o autor deixa claro no seguinte trecho de *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

[Na] produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. (MARX, 2003, p.5).

A ênfase economicista de Marx certamente o levou a subestimar a democracia burguesa como ambiente de transformação do arcabouço jurídico em favor dos proletários. As conquistas políticas da classe trabalhadora propiciaram a melhoria dos salários e das condições de trabalho, bem como a criação de uma rede de proteção social, o que arrefeceu o ímpeto revolucionário e deu fôlego novo às correntes reformistas do proletariado. As alterações na estrutura jurídica das relações de produção atenuaram as contradições internas ao sistema e concederam ao capitalismo o tempo necessário para que novas forças produtivas se desenvolvessem.

Segundo Marx “[uma] organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam

todas as forças produtivas que ela é capaz de conter”. O vigor do capitalismo tem dependido justamente de sua abertura às inovações e de sua capacidade de, ao mesmo tempo em que se adapta a elas, cooptá-las para seus objetivos. Isso propiciou uma estrutura sócio-econômica elástica o bastante para abarcar o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas a que assistimos no século XX e a que estamos assistindo nestes primeiros anos do século XXI. Na linha do raciocínio de Marx, pode-se dizer que o capitalismo tem sido capaz de manter-se porque a adaptabilidade de suas forças produtivas é aparentemente inesgotável.

É também de *Contribuição à Crítica da Economia Política* o seguinte trecho:

É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam pelo menos em via de aparecer. [...] As relações de produção burguesa são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição.

De certo modo, a espécie de economia capitalista descrita por Marx não mais existe, tal a amplitude das transformações ocorridas desde então nas forças produtivas e relações de produção. Diferentemente do que ele previra, o capitalismo não foi, por meio de uma revolução, substituído por uma forma de produção social livre de contradições. Foi, em verdade, paulatinamente reformado pelo processo de administração de suas contradições sociais, econômicas e políticas, numa geração endógena ao sistema que resultou - e resulta - em novas contradições, mas em nível diverso.

Registre-se, aliás, que a assertiva de Marx quanto à substituição do capitalismo por uma sociedade livre de contradições destoa do conjunto de suas costumeiramente rigorosas análises. Poderia ele afirmar que as contradições

do capitalismo o levariam à derrocada final, mas deveria ter se limitado a isso. Afinal, se “a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver” e tanto a pergunta quanto a solução emergem das condições materiais existentes, como poderia ele questionar acerca de eventuais contradições no sistema vindouro e ainda apresentar uma resposta a essa perquirição?

Tomado rigorosamente, o próprio método de Marx aponta para a superação de alguns de seus pontos de vista. Para ele,

[em] todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelecem a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância. É como um iluminação geral em que se banham todas as cores e que modifica as tonalidades particulares destas. (MARX, 2003, p. 256).

É possível compreender as sociedades antigas a partir da mais recente. Várias categorias permanecem, mas banhadas por uma luz diversa, emanada da categoria determinante.

Marx empreendeu sua análise tendo em mente o capitalismo industrial de sua época. A permanência das categorias estudadas por Marx permite que, numa análise superficial, ainda passem por defensáveis várias teses marxistas tradicionais. É verossímil, por exemplo, que o capital continue sendo a categoria determinante. Mas se quisermos evitar os “conceitos vazios” denunciados por Marx, é preciso evitar que as categorias se esvaziem de suas múltiplas determinações, desprezando a razoável hipótese de que – 124 anos após a morte de Marx, num mundo de transformações cada vez mais velozes – a natureza do capital não mais seja a mesma.

Se Marx ressaltava o capital industrial de sua época, o sociólogo espanhol Manuel Castells aponta, na atualidade, a primazia do capital financeiro. Para ele,

na era do capitalismo em rede, a realidade fundamental em que o dinheiro é ganho e perdido, investido ou poupado, está na esfera financeira. (CASTELLS, 2007, p.568).

Castells afirma que todas as atividades econômicas, hoje,

são primariamente a base da geração do superávit necessário para o investimento nos fluxos globais ou o resultado do investimento originado nessas redes financeiras” (CASTELLS, 2007, p. 568).

Haveria, assim, fenômeno semelhante ao que ocorreu com a agricultura na época de Marx. Segundo este, aquela, não obstante sua antiguidade, “torna-se apenas um simples ramo da indústria e acha-se totalmente dominada pelo capital.” (MARX, 2003, p.256).

É aqui suficiente lembrar, em socorro da tese de Castells, o fato cediço de que as crises mundiais dos últimos quinze anos tiveram seu epicentro no mercado financeiro – ou, nas palavras desse autor, nos “fluxos financeiros operados por redes eletrônicas”, os quais respondem

às turbulências e aos movimentos imprevisíveis, de expectativas não-calculáveis induzidas pela psicologia e sociedade na mesma medida que pelos processos econômicos. (CASTELLS, 2007, p. 570).

Para dar continuidade à reflexão, vamos assumir como verdadeira a afirmação de que, mesmo após a ascensão do capital financeiro, toda criação de valor advém do trabalho – único fator de produção que não resultaria num custo igual ao seu valor. Ainda assim, podemos asseverar que Marx erra ao estabelecer como critério único de valor o tempo de trabalho incorporado à mercadoria.

É verdade que, por si só, a redutibilidade de uma mercadoria qualquer a um padrão monetário comum – condição para a sua inserção no mercado – implica a abstração de suas propriedades individuais. Sendo também uma mercadoria, a força de trabalho é passível dessa abstração. A criação de um determinado valor de uso exige um trabalho específico, próprio, mas a fungibilidade característica do valor de troca só é alcançada por meio da abstração das peculiaridades de um trabalho.

Ocorre, todavia, que tal abstração não possui necessariamente como critério o tempo de trabalho. Na verdade, parece-me até coerente com o pensamento de Marx a conclusão de que os critérios de tal abstração são, como tudo mais, socialmente determinados. Não há nenhuma *lei natural* subjacente ao trabalho geral abstrato. E hoje, diferentemente do que ocorria no tempo de Marx, a tecnologia embu-

tida no produto certamente possui grande peso no valor a este agregado.

Marx pensa o avanço tecnológico como fator de aumento da produtividade do trabalho. Na indústria, a modernização do maquinário vai paulatinamente aumentando o número de mercadorias produzidas numa mesma jornada de trabalho. O tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho diminui, aumentando a mais-valia.

No modelo de Marx, o capitalista só poderia lucrar mais se aumentasse a jornada de trabalho ou a intensidade deste (mais-valia absoluta), ou se diminuísse o tempo socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho (mais-valia relativa). Hoje, as coisas já não se passam exatamente dessa maneira.

Não mais se pode desprezar o papel da tecnologia na agregação de valor à mercadoria. Quando, por exemplo, lançaram no mercado os *compact disks* (CDs), nos anos 80, trazendo uma então inédita tecnologia de leitura digital a *laser*, o mercado musical era dominado pelos *long playings* de vinil, com leitura analógica. Em poucos anos, as velhas agulhas de vitrola foram abandonadas. Naquele momento, não havia saída para as gravadoras e indústrias de aparelhos de som senão buscar rápida adaptação à nova tecnologia.

Igual fenômeno ocorreu mais recentemente, já nos anos 90, com a substituição do *Video Cassete Recorder* (VCR) pelo *Digital Versatile Disk* (DVD).

Essa dinâmica é hoje rotina na economia de ponta, fundando-se tanto na inovação quanto na superação tecnológica. Ou se cria um produto que ocupa um nicho mercadológico antes inexistente – como o telefone celular e a internet –, ou se supera, dentro do mesmo segmento de consumo, a tecnologia anterior, oferecendo vantagens utilitárias – como nos dois casos acima citados (CD e DVD).

Não se trata de fenômeno periférico na economia mundial. Metrôpoles como *Nova York* – que sozinha ostenta um Produto Interno Bruto (PIB) equivalente ao do Brasil –, Londres, Hong Kong e Paris possuem quase todos os seus processos econômicos mediados por *softwares*. O número de transações econômicas via *internet* cresce vertiginosamente a cada ano e o acesso à rede condiciona cada vez mais significativamente os processos produtivos – quando não

as próprias relações humanas. Trata-se, assim, de tendência ao menos tão significativa quanto o era o capitalismo industrial em meados do século XIX.

À época de Marx, e por várias décadas que se seguiram, o avanço tecnológico estava focado no processo produtivo, mais precisamente no aumento da produtividade. Hoje, a ênfase passou da produção para o consumo. A lucratividade depende sobretudo da capacidade de criar novas utilidades ou aperfeiçoar as outrora já existentes. Investe-se cada vez mais em pesquisa, planejamento e projetos, sob pena de ter sua participação no mercado diminuída ou mesmo aniquilada pelas inovações tecnológicas dos concorrentes.

Voltando aos dois principais exemplos anteriormente citados – a substituição do LP pelo CD e do VCR pelo DVD –, seria claramente inócuo o aumento de produtividade na indústria de LPs e VCRs, diante de um mercado consumidor desejoso de usufruir as vantagens qualitativas presentes nos novos produtos. A ênfase deslocou-se do processo produtivo, no qual o investimento constitui o capital constante, para a pesquisa tecnológica e a concepção do produto, cujo objetivo é criar novas utilidades.

Se é ainda o trabalho que cria valor, nem sempre se mostra razoável reduzir esse trabalho a unidades do tempo de trabalho simples. A atividade humana criadora de valor assemelha-se cada vez mais ao trabalho intelectual, para o qual, aliás, Marx nunca deu atenção suficiente no desenvolvimento de sua teoria – certamente por crer não ser ele determinante do sistema capitalista.

Marx enxerga o trabalho precipuamente como a transformação material dos objetos, na qual a atividade cerebral é mera coadjuvante da atividade muscular. Tal forma de trabalho, inerente ao capitalismo industrial do qual Marx foi contemporâneo, já não representa uma tendência e perde rapidamente espaço na atualidade, tendo cada vez menos relevância na economia de ponta. Houve inegável mudança no padrão determinante do trabalho criador de valor.

Segundo Manuel Castells, o extraordinário avanço tecnológico dos últimos trinta anos transformou profundamente o processo de trabalho, alterando as velhas formas de sua divisão técnica e social. Para o sociólogo espanhol, a automação – seja nas fábricas, escritórios ou

organizações de serviços – tende hoje a fazer desaparecer “as tarefas rotineiras, repetitivas, que podem ser pré-codificadas e programadas para que máquinas as executem”. O que buscam os inovadores tecnológicos da área de produção é “substituir o trabalho que possa ser codificado em uma seqüência programável e melhorar o trabalho que requer capacidades de análise, decisão e reprogramação em tempo real, em um nível que apenas o cérebro humano pode fazer” (Castells, 2007, p. 306).

Tal fenômeno é perceptível no processo de terceirização (*outsourcing* e *offshoring*) cada vez mais freqüente em grandes empresas globalizadas, por meio do qual os procedimentos mais rígidos e repetitivos são delegados a outras empresas, que contam com funcionários menos experientes e com menor remuneração, mas suficientemente qualificados no manejo de *softwares*. Há uma tendência de liberar o potencial humano para tarefas que exijam criatividade e uma visão global do processo, de modo a possibilitar a constante adaptação e retroalimentação (*feedback*) do sistema.

Aceitando-se a assertiva de Castells, conclui-se que, no âmbito da informática, o trabalho morto – que, segundo Marx, dominaria o trabalho vivo – vem barateando-se, simultaneamente com a valorização de aptidões capazes de inovar processos de produção e consumo. Em reforço dessa idéia, cabe lembrar, por exemplo, que enquanto versões novas de *softwares* são vendidas por valores significativos, versões antigas estão disponíveis gratuitamente para *download* na internet. A diferença entre ambas as versões é a inovação contida na mais recente.

Marx certamente foi capaz de imaginar uma linha de produção de mercadorias convencionais – tecido, por exemplo – integralmente automatizada, na qual o trabalho humano se limitasse ao ato de apertar o botão iniciador do processo – algo perfeitamente verossímil na atualidade. Nesse caso, o custo da tecnologia embutida nas máquinas – capital constante, portanto – seria inteiramente repassado à mercadoria, reduzindo o lucro do empresário.

Mas seu modelo teórico não se mostra capaz de abranger a atual sociedade de consumidores, na qual a tecnologia está igualmente embutida no produto a ser consumido. Como exemplo, refletamos sobre a paulatina substituição de telefones celulares analógicos por

celulares digitais, ocorrida alguns anos atrás. A diferença entre ambos os produtos reside sobretudo na superioridade tecnológica do segundo, mais precisamente na qualidade e segurança do sinal e na capacidade de articulação com outras mídias. Sem isso, não haveria a possibilidade de integração da telefonia móvel com a *internet* ou a TV digital. Assim, o que deu aos primeiros produtores dessa espécie de telefone celular a vantagem competitiva sobre os demais foi seu investimento em pesquisa e desenvolvimento da tecnologia digital aplicável ao produto.

Só mesmo dentro de uma mesma faixa tecnológica os meios tradicionais de aumento da lucratividade, apontados por Marx, continuam determinantes. Não sendo assim, o que importa é adicionar tecnologia a um produto. Aliás, com a economia globalizada e informatizada, intermediada por *softwares*, cada vez mais é a capacidade do produto de inserir-se na - e articular-se com - a rede de mídias que garante a sua lucratividade.

Concluindo, Marx deve ser reputado perspicaz crítico da economia capitalista do século XIX, ainda que a sua duradoura influência seja atribuível tanto aos méritos de sua análise quanto ao poder sugestivo de algumas de suas idéias. Todavia, a confrontação de seu pensamento com a realidade atual revela nitidamente a insuficiência de seus conceitos para abarcar a complexidade dos fenômenos econômicos de nosso tempo.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo* – anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2005.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento Sociológico*. Tradução de Sérgio Bath. – 6. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura*, v. 1. Tradução de Roneide Venancio Majer. – 10. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Editado no Brasil por Antônio Monteiro

Guimarães. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1988.

MARX, Karl. *O Capital* – crítica da economia política, Livro I (O Processo de Produção do Capital), v. 1. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I. (O Processo de Produção do Capital), v. 2. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. – 21^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, Livro II (O Processo de Circulação do Capital). Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006c.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves [a partir da tradução francesa]. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Clássicos).

Recebido em 02/03/2009

Aceito em 29/06/2009